

# A INTERAÇÃO ENTRE AS CRIANÇAS OUVINTES E SURDAS ATRVÉS DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*INTERACTION BETWEEN HEARING AND DEAF CHILDREN THROUGH LIBRAS IN  
EARLY CHILDHOOD EDUCATION*

*LA INTERACCIÓN ENTRE NIÑOS OYENTES Y SORDOS A TRAVÉS DE LA LENGUA DE  
SEÑAS EN LA EDUCACIÓN INFANTIL*

Leonardo da Silva Taveira<sup>1</sup>  
Jucimara de Barros Bandeira<sup>2</sup>

## Resumo

O artigo está pautado na trajetória do surdo e nas lutas pela inclusão, no que tange sua participação mais efetiva na sociedade, e, principalmente, ao acesso à educação de qualidade, considerando a educação bilíngue como processo facilitador de inclusão e desenvolvimento cognitivo. Abarcar os fatores históricos se faz necessário para o desenvolvimento de metodologias pedagógicas na educação infantil, proporcionando o aprendizado da criança e seu desenvolvimento. O objetivo desse artigo é ressaltar a importância do ensino da Libras no contexto da criança ouvinte, para formação de espaços promotores do desenvolvimento das crianças, ouvintes e surdas, em suas diversas potencialidades. Para construção dessa pesquisa, utilizou-se metodologia bibliográfica pautada em autores como Roa (2012), Cartaxo (2013), Cortelazzo e Romanowski (2006), e Fernandes (2012). O problema de pesquisa aborda: como o ensino de Libras para crianças ouvintes é capaz de promover espaços formativos de desenvolvimento de potencialidades? Dessa forma, acredita-se que é possível proporcionar um ambiente que favoreça a construção da identidade surda e o incentivo intencional para o desenvolvimento da cultura surda em variados cenários sociais. Diante disso, torna-se importante conscientizar educadores e a sociedade como um todo, no intuito de evidenciar que a real possibilidade de inclusão do surdo poderá acontecer quando a pessoa ouvinte compreender a Libras como segunda língua desde a educação infantil e, assim, possibilitar uma confluência entre surdos e ouvintes na construção de espaços multiculturais e de educação.

**Palavras-chave:** educação infantil; Libras; educação bilíngue; cultura surda.

## Abstract

The article is based on the trajectory of the deaf and the struggles for inclusion, in terms of their more effective participation in society and access to quality education, considering bilingual education as a process that facilitates inclusion and cognitive development. Addressing historical factors is necessary for the development of pedagogical methodologies in early childhood education that provide learning and development for children. The aim of this article is to highlight the importance of teaching Libras in the context of hearing children, to create spaces that promote the development of children, both hearing and deaf, in their diverse potentials. To construct this research, we used bibliographic methodology based on authors such as Roa (2012), Cartaxo (2013), Fernandes (2012), Cortelazzo and Romanowski (2006). The research problem is: how is the teaching of Libras to hearing children able to promote formative spaces for the development of potential? It seems possible to provide an environment that favors the construction of a deaf identity and the deliberate encouragement of the development of a deaf culture in different social scenarios. It is important to raise awareness among educators and society, to show that the real possibility of inclusion of the deaf can happen when the hearing person understands Libras as a second language from early childhood education, thus allowing a confluence between deaf and hearing people in the construction of multicultural and educational spaces.

**Keywords:** early childhood education; Libras; bilingual education; deaf culture.

---

<sup>1</sup> Docente no Centro Universitário Internacional (UNINTER).

<sup>2</sup> Docente no Centro Universitário Internacional (UNINTER).

## Resumen

El artículo se basa en la trayectoria del sordo y las luchas por la inclusión, en lo que concierne a su participación más efectiva en la sociedad, y, principalmente, al acceso a una educación de calidad, considerando la educación bilingüe como un proceso facilitador de inclusión y desarrollo cognitivo. Abarcar los factores históricos se hace necesario para el desarrollo de metodologías pedagógicas en la educación infantil, proporcionando el aprendizaje del niño y su desarrollo. El objetivo de ese artículo es resaltar la importancia de la enseñanza de Libras en el contexto del niño oyente, para la formación de espacios que promueven el desarrollo de los niños, oyentes y sordos, en sus diversas potencialidades. Para la construcción de esa investigación, se utilizó una metodología bibliográfica basada en autores como Roa (2012), Cartaxo (2013), Cortelazzo y Romanowski (2006), y Fernandes (2012). El problema de la investigación es saber: ¿cómo la enseñanza de Libras para niños oyentes es capaz de promover espacios formativos de desarrollo de potencialidades? De esa manera, se cree que es posible proporcionar un ambiente que favorezca la construcción de la identidad sorda y el incentivo intencional para el desarrollo de la cultura sorda en diversos escenarios sociales. Por lo tanto, es importante concientizar a los educadores y la sociedad en su conjunto, con el fin de poner de manifiesto que la posibilidad real de inclusión del sordo puede suceder cuando la persona oyente entienda la Libras como segunda lengua desde la educación infantil y, así, posibilitar una confluencia entre sordos y oyentes en la construcción de espacios multiculturales y educativos.

**Palabras clave:** educación infantil; Libras; educación bilingüe; cultura sorda.

## 1 Introdução

O processo de ensino-aprendizagem passa pelo trabalho de buscar o conhecimento necessário para um desenvolvimento viável no que se propõe a fazer. Este artigo irá caminhar pelo viés histórico para que haja uma compressão maior sobre a realidade da pessoa surda e suas dificuldades para a inclusão, bem como seus direitos como cidadão brasileiro. Desse modo, tenta-se chamar a atenção do leitor, ao despertar de uma consciência de se colocar no lugar do outro, para uma compreensão empática sobre as dificuldades interativas e sociais na relação com a pessoa surda. Para tanto, é ponto pacífico realizar discussões provocativas para pensar os processos pedagógicos de modo que a criança ouvinte tenha apropriação da Libras desde sua infância até a vida adulta.

Considerar o contexto para educar a criança ouvinte, juntamente, à criança surda, é de fato possibilitar a inclusão à educação, além de gerar acessos a cultura, esportes, artes, lazer, mercado de trabalho, entre tantas outras possibilidades que surgem destinadas à sociedade majoritariamente ouvinte. Diante desse cenário posto, o problema norteador dessa pesquisa é: O ensino de Libras para crianças ouvintes é capaz de promover espaços formativos de desenvolvimento de potencialidades?

Esse artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e qualitativa, e seu objeto de estudo foi verificar, a partir do referencial teórico selecionado (livros, artigos científicos, periódicos e sites), a importância do desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua para o surdo, ao mesmo tempo em que a criança ouvinte é capacitada na aprendizagem como segunda língua dentro do ambiente da educação infantil.

Em continuidade, enfatizar os espaços escolares e culturais como lugares de desenvolvimento da identidade e cultura surda, promovendo inclusão para a sociedade, torna-se importante. Portanto, os referenciais teóricos buscaram reforçar a importância dos espaços como ambiente de construção identitária do indivíduo e sua relevância na elaboração dos saberes pedagógicos e multiculturais das crianças ouvintes e surdas como realidade viável de inclusão dentro da educação infantil.

Esse estudo está dividido em 3 partes, sendo que a primeira traz um compilado sobre a trajetória do surdo e a luta pela inclusão; em seguida, o texto trata sobre a educação bilíngue no contexto da educação infantil; e por fim, é descrito sobre os espaços culturais e a formação identitária dos surdos.

## **2 A trajetória do surdo e a luta pela inclusão**

Para compreensão do processo educacional, oportunizado à comunidade surda, atualmente, é necessário pesquisar os dados históricos que estigmatizaram o surdo ao longo do tempo. É inevitável desconsiderar esses fatos registrados que marcaram negativamente, em boa parte das vezes, os surdos, além de todas as oportunidades que foram perdidas por causa da privação imposta àqueles que, por muito tempo, tiveram que contar com a sorte, porque a surdez era considerada uma maldição pelas crenças antigas.

É possível verificar relatos tão antigos quanto a própria história da humanidade. Esses registros evidenciavam condições precárias e muitas vezes preconceituosas com relação à pessoa surda. De acordo com Fernandes, “por muito tempo os surdos foram vítimas de uma concepção equivocada que vinculava à surdez à falta de inteligência” (2012, p. 20). Esse tipo de pensamento perpassou desde a Antiguidade, seguindo pela Idade Média, negando acesso à instrução para os surdos.

Essa postura de pensamento, adotada pelos antigos, considerava que a surdez era algo que necessitava de correção. Por muitos anos, devido ao pensamento aristotélico que norteava o pensamento da época, compreendiam que a incapacidade de falar era associado ao pensamento. Ou seja, as pessoas que não conseguiam falar eram tidas como incapazes, sem capacidade de desenvolver a linguagem, tachadas como pessoas que não pensavam (Lacerda; Santos; Martins, 2019).

Já na Idade Média, o cenário social começou a mudar com um pouco mais de ênfase concernente às políticas sociais das pessoas surdas. O pensamento de que os surdos poderiam aprender sem a intervenção “sobrenatural” ou “ações místicas” começou a crescer, dando lugar

às práticas pedagógicas em diferentes países da Europa. Muitos debates deram sequência, nesse período, em que a pauta em voga eram as experiências pedagógicas que buscavam contrapor ideias dominantes que tentavam manter, de maneira insistente, as tendências de métodos oralistas. “Em síntese, historicamente, o foco das atenções na educação do Surdos esteve voltado às questões linguísticas e não propriamente pedagógicas” (Skliar, 1999 *apud* Fernandes, p. 24, 2012).

Segundo relatos históricos, é considerado como a maior referência na educação do surdos o monge Beneditino chamado Pedro Poce de León (1520-1584). No entanto, muitos relatos se perderam devidos às guerras que a Espanha passava. Entretanto, outro expoente dentro desse contexto surge na França. O abade chamado Charles Michel de L'Épée (1712-1789), o qual ganhou destaque histórico devido à utilização dos sinais como forma de promover a educação (Roa, 2012).

Os procedimentos gestualistas ganharam notoriedade sendo chamado de “métodos francês” de educação, bastante difundido por toda a Europa. Em contrapartida, conhecido como método alemão, Samuel Heinicke (1727-1790), contemporâneo de L'Épée, começou a desenvolver uma metodologia que, para ele e alguns outros médicos oralistas, o pensamento se desenvolve a partir da língua oral, dependendo apenas dela, sendo que a escrita ficaria em segundo plano. Essa forma de ensino ficou conhecido como “método alemão” e atualmente, ainda, possui adeptos desses procedimentos (Lacerda; Santos; Martins, 2019).

Um marco histórico negativo para os surdos ocorre no século XIX. Após muitas controvérsias e disputas sobre quais procedimentos deveriam ser utilizados na maneira de ensinar os surdos, nesse período, foi realizado o II Congresso de Milão, na Itália. É interessante ressaltar que nesse evento os surdos não participaram da votação pela escolha de qual método deveria ser adotado para sua própria educação.

Decidido apenas pelos ouvintes, ficou definido que a comunidade surda, em todo o mundo, seria educada apenas pelo que ficou conhecido como “método oral puro”, o que sem dúvida acarretou em sérias consequências para a comunidade surda. Foi após esse congresso que surgiram muitas políticas educacionais voltadas às práticas oralistas que nortearam, principalmente, de forma negativa a educação aos surdos (Lacerda; Santos; Martins, 2019).

## 2.1 Os surdos e a educação de sinais no Brasil

Por volta do século XIX, o Brasil ainda permanecia em uma educação precária, não possuindo uma política educacional consistente. Destaca-se que, em sua grande maioria a

população brasileira era rural e analfabeta. Em 1827, durante o Império, foi promulgada a Lei Geral voltada à Instrução primária no Brasil, a fim de buscar amenizar o impacto educacional negativo, foi determinado que haveria escolas por todas as cidades mais populosas e que pudesse ser ofertado a leitura, escrita e o cálculo (Lacerda; Santos; Martins *apud* Sofiato, p. 34, 2011).

Somente em 1855 Eduardo Huet (1819-1908), educador surdo francês, chega ao Brasil com uma proposta apresentada ao Império para educar os surdos em território nacional. E em 1856 o “Collegio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos” é fundado no estado do Rio de Janeiro, atualmente chamado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Após os acontecimentos que determinaram o rumo da educação dos surdos, ocorridos no II Congresso de Milão (1880), os quais refletiram também no Brasil, e, depois de um longo período sem acesso formal a educação gestual de sinais, somente na década de 1990, seguindo materiais desenvolvidos por Stoke (1960), começou a se tornar possível a construção de maneira estruturada a Línguas de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros (LSCB) (Lacerda; Santos; Martins, p. 174, 2019).

Atualmente, a língua brasileira de sinais – Libras – como é conhecida, foi oficialmente reconhecida pelo Decreto n.º 5.626/2005 que regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Evidenciando a proposta de uma educação bilíngue, o direito à educação dos surdos é garantido por esses e outros documentos (Brasil, 2005).

Como mencionado pelos registros históricos, é possível perceber de forma referenciada o quanto os surdos, ao longo da trajetória humana, lutaram, e ainda lutam, para ter seus direitos garantidos. Para tantos acontecimentos que ocorreram com os surdos no Brasil e no mundo, é de suma importância, sempre que possível, ressaltar que a Lei possa valer de fato em todo território nacional. Segundo a Agência Brasil, atualmente existem aproximadamente 10,7 milhões de pessoas surdas no Brasil (Gandra, 2019).

Esse quadro revela que ainda é necessário muito a ser feito no que tange o acesso a educação para os surdos, como também, garantir que seus direitos possam valer como cidadãos brasileiros, obtendo acesso aos esportes, artes, mercado de trabalho e à real possibilidade de construção de vida da maneira que lhe é devida.

### **3 A educação bilíngue no contexto da educação infantil**

O contexto educacional brasileiro revela que ainda o acesso a educação de qualidade não é algo acessível para todos. Por mais que isso esteja garantido pela Constituição Brasileira, na prática, o que é possível perceber é que muitas crianças, ouvinte e surdas, são privadas de espaços pedagógicos de boa qualidade para estimular um crescimento saudável

em todos os aspectos. Quando o assunto se volta aos espaços inclusivos, que envolve a educação especial, o cenário é muito mais limitado. Para tanto, vale mencionar que a parte do desenvolvimento busca pautar-se nos campos de competências da BNCC para educação infantil. No que tange os campos de experiências vale mencionar três, a saber - o eu, o outro e o nós/escuta, fala, pensamento e imaginação/espacos, tempos, quantidades, relações e transformações (Brasil, 2018).

Ao observar as diretrizes da BNCC no campo do eu, o outro e nós, a ênfase está nas relações humanas e suas complexidades e interações, a fim de proporcionar à criança a descoberta de novos conhecimentos e experiências para a construção de novos valores a partir da percepção e dos questionamentos, resultado das relações sociais e cuidados pessoais.

O desenvolvimento social passa por ações pedagógicas intencionais daquele que está a ensinar. Para Cartaxo (2013), a criança tem um papel ativo em relação ao meio que vive nas interações com os outros. Contudo, o olhar social nas relações também envolve crianças com características diferentes, como exemplo, a criança surda e, considerar essa diversidade pode proporcionar espaços de inclusão e novos saberes e interações.

Para que seja viável a construção de pontes de acessibilidade entre as crianças ouvintes e surdas, faz-se necessária a compreensão das dificuldades nas relações dispostas. Todo relacionamento saudável constrói-se na relação entre os pares, nesse aspecto, a criança ouvinte tem chances maiores para o seu desenvolvimento cognitivo e sensorial. Por outro lado, a criança surda encontra barreiras consideráveis, que são fatores significativos para um desenvolvimento mais lento no ambiente escolar.

Por esse motivo, é válido ressaltar o conhecimento no manejo de ferramentas didáticas, visando promover a relação entre crianças ouvintes e crianças surdas. Por conseguinte, vale ressaltar algumas observações importantes para que a criança ouvinte tenha melhor habilidade na relação com a criança surda. Esse cenário é considerado tanto na educação infantil como, também, no decorrer da formação acadêmica do aluno. Lacerda, Santos e Martins (2019) descrevem algumas ações no que tange ao relacionamento com o sujeito surdo:

- A Libras deve ser usada desde o primeiro dia na relação com surdo. Por esse motivo é fundamental, ao menos, o manejo da datilologia (alfabeto) da Língua Brasileira de Sinais.
- As crianças ouvintes devem usar expressões corporais para expressar as suas dúvidas.
- As crianças ouvintes não devem ter receio de errar, pois isso transmite segurança às crianças surdas, sem que elas se sintam constrangidas.

- A comunicação com os colegas de classe precisa ser em Libras, o que irá proporcionar um ambiente de inclusão.
- Falar de frente, claramente e pausadamente com o surdo. Uma boa articulação dos lábios facilita a comunicação. Olhar nos olhos da pessoa surda ao falar com ela, desviado o olhar para os lados, poderá fazer ela olhar também.
- A leitura labial se torna mais difícil se o ouvinte gesticula muito ou tem objetos na frente dos lábios.
- Ambiente claro e boa visibilidade são importantes para um bom entendimento.
- O Surdo não pode perceber mudanças de tons ou emoções por meio da voz, pessoas ouvintes dão ênfase na frase pelo tom de voz, a ênfase das frases pode ser dada mediante a repetição de um sinal. Portanto, é normal na comunicação em Libras a repetição de sinais, sendo assim, não tenha medo de repetir).

Os aspectos citados e o efetivo processo educacional, com foco na educação bilíngue, dependendo da realidade de cada município, passa pela percepção da realidade local, como também, de mais capacitação aos profissionais que se empenham no bom desenvolvimento desse trabalho. A saber:

Destacamos a necessidade da formação de novos profissionais para a realização dessa proposta, como é o caso do professor ou instrutor de Libras, do profissional tradutor/intérprete e do professor bilíngue. Em relação aos fundamentos de um currículo inclusivo para Surdos, apresentamos sugestões para a reorganização da escola em relação à comunicação com os alunos, ao aprendizado da língua portuguesa como segunda língua e à avaliação diferenciada das produções escritas do aluno surdo (Fernandes, 2012, p. 123-124).

Mencionar as abordagens acima é importante para um relacionamento viável, e dentro desse contexto, vale ressaltar o trabalho da autora Maria Cristina Iglesias Roa (2012) com o tema “O ensino da Língua Brasileira de Sinais para crianças ouvintes, como segunda língua e fator possível de inclusão social”.

Sua abordagem se concentra na aprendizagem de uma segunda língua da criança ouvinte, dentro do contexto da educação infantil, com o foco de salientar a inclusão desde cedo no ambiente escolar, afim de amenizar um impacto futuro como forma de superação do preconceito e desconhecimento da comunidade ouvinte (Roa, 2012). Por esse motivo, é importante considerar a elaboração de espaços para promoção das interações entre educadores, crianças ouvintes e crianças surdas, uma vez que não é natural, e nem convidativo, para a criança ouvinte o desejo de se relacionar com a criança surda, justamente por ser uma fase de

formação, em que os processos pedagógicos são distintos para ambos, como, também, por ser uma fase em que os sentidos se encontram em formação.

Nesse ponto, vale ressaltar o esforço e empenho do educador na promoção de espaços pedagógicos inclusivos. Conforme citado na BNCC sobre os campos de experiências, é importante citar sobre o corpo, gestos e movimentos.

[...] As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.) (Brasil, 2018).

É por considerar esses aspectos da BNCC que os espaços necessitam ser repensados de acordo com a inclusão da criança surda. Se na construção das atividades a criança surda fica destacada, sem possibilidade alguma de se desenvolver por meio das interações, torna-se inviável o desenvolvimento pleno das emoções e sentidos.

Conforme citado por Roa (2012) *apud* Mantoan (1997), a inclusão precisa estar em consonância com uma educação para todos, de maneira que todos possam se envolver mutuamente, de forma efetiva, nos relacionamentos pessoais, promovendo o ensino-aprendizagem. É na interação humana que se torna possível perceber o sujeito e suas singularidades, proporcionando de fato o crescimento e a inserção social para todos.

Nesse contexto, torna-se possível proporcionar às crianças, ouvintes e surdas, exercícios de práticas de inclusão diariamente, o qual aumenta, consideravelmente, a possibilidade de transpor barreiras de desigualdade em muitos os aspectos. Alguns exercícios que podem ser desenvolvidos são: treinar a datilografia todos os dias; decorar o próprio nome em Libras; saudações iniciais e finais; visitar locais onde os surdos se reúnem; desenvolver relacionamentos com pessoas surdas, criar hábitos de ver filmes e séries com intérpretes dentre outras atividades que podem ser adquiridas ao longo tempo.

#### 4 Os espaços culturais e a formação indentitária dos surdos

Propiciar ambientes escolares que envolvam de fato a inclusão poderá proporcionar à criança surda uma interação que vai muito além da sala de aula. No entanto, atualmente, a percepção da realidade revela um quadro desfavorável ao surdo e, por vezes, ao observar esses espaços que precisam ser pensados como lugares de integração entre família, escola e a sociedade, a criança surda pode ficar desamparada.

No que tange o uso de espaços das cidades como lugares educativos, é necessário considerar não apenas as estruturas físicas existentes (ruas, meios de transporte e edifícios), mas também as interações que a sociedade estabelece dentro da cidade. É preciso explorar outros ambientes culturais para promover ensino-aprendizagem, tais como, museus, bibliotecas, espaços digitais interativos, entre outros, com o intuito de conscientizar a todos acerca da importância desses espaços para formação social e profissional dos cidadãos (Alves; Brandenburg, 2018).

Desde que a Libras foi reconhecida como língua oficial em 2002, inúmeras ações para expandir, não somente o aspecto linguístico, mas também aspectos culturais e sociais, têm sido difundidas. Essa visão de poder perceber os espaços como ambientes que podem promover cidadania e educação tem crescido igualmente para os surdos no Brasil, e, mesmo que de forma devagar, é importante ressaltar esses avanços.

Como exemplo, pode ser destacado o Dia Nacional do Surdos, que ficou reconhecido no dia 26 de setembro, apenas uma representatividade no calendário que, contudo, vários setores sociais e grupos religiosos buscam mobilizar, em todo o Brasil, articulações políticas, com o intuito de manifestar publicamente os aspectos socioculturais da comunidade Surda (Fernandes, 2012).

Vale ressaltar os progressos legais alcançados pela comunidade surda dentro dos aspectos pedagógicos, que de acordo com Fernandes, esses avanços foram:

A difusão da língua de sinais na sociedade e sua utilização no espaço escolar; A disseminação de pesquisas e trabalhos acadêmicos que problematizam os postulados teóricos e metodológicos vigentes nos últimos anos e viabilizam caminhos para a concretização da educação bilíngue; A formação de profissionais bilíngues, como professores especializados e intérpretes de língua de sinais; O desenvolvimento de propostas de educação bilíngue incorporando a língua de sinais como primeira língua, seguida da aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua no currículo escolar; A potencialização do aspecto pedagógico em detrimento do aspecto clínico no processo educacional; O resgate de educadores surdos como mediadores fundamentais em proposta de educação bilíngue para surdos (Fernandes, p. 65, 2012).

A sociedade, majoritariamente, ouvinte tem avançado aos poucos em relação ao relacionamento com comunidade surda e a língua de sinais. No entanto, ainda existem muitos

mitos e equivocadas concepções de que a sociedade costuma tratar a surdez como doença/patologia, provocando consequências não apenas na questão da língua, mas também nos aspectos culturais e na formação identitária dos surdos (Lacerda; Santos; Martins, 2019).

Entretanto, quando se trata da questão cultural surda, é preciso, primeiramente, considerar a complexidade cultural que o Brasil tem, visto que existem diferentes grupos étnicos que expressam maneiras distintas em suas crenças, seus hábitos e costumes, algo que, por um lado, torna o país rico nesse aspecto. Conforme mencionado por Vygotsky:

[...] O homem nasce um ser social e se desenvolve a partir da relação com os outros. É por meio das relações interpessoais que ele tem a possibilidade de se apropriar do padrão da cultura em que vive e de se singularizar enquanto indivíduo (Vygotsky, 1995 *apud* Lacerda; Santos; Martins, p. 22, 2019).

Faz-se necessário expor, novamente, que a relação saudável para a construção de cada indivíduo se dá na relação com seus pares, pois seu desenvolvimento pleno só se torna possível quando lhe é oportunizado ambientes de relacionamentos para sua formação identitária. Nesse sentido, é fundamental que além de desenvolver espaços escolares, e até mesmo espaços culturais cujo objeto de apreciação seja a pessoa surda, sua formação como indivíduo se torna possível quando o outro tem a língua de sinais como instrumento de comunicação.

Ao considerar esse aspecto social das relações, a partir da Libras como língua oficial não somente da comunidade surda, mas para todo brasileiro, é possível proporcionar em todo país uma demanda na difusão da língua, bem como, da expansão cultural e de identidade do surdo. Por medida legal, todo país busca ampliar seus espaços para inclusão e promoção cultural da comunidade surda. Isso tem proporcionado cada vez mais produções culturais e eventos que promovem a cultura surda, de maneira muito rica, que podem ser observadas nas mais diversas áreas, a saber, nas artes, poesias, obras artesanais, teatros e tantas outras atividades que buscam representar a história dos surdos, ainda que seja de maneira um pouco distante aos olhos dos ouvintes (Lacerda; Santos; Martins, 2019).

Nesse ponto, é válido considerar o quanto de esforço o surdo faz para ter acesso aos mesmos serviços que a sociedade majoritariamente ouvinte tem. Tanto acesso à educação, cultura, ao mercado de trabalho e tantos outros. Apesar desses entraves, é bastante claro os avanços nos mais diversos cenários à atuação da comunidade surda.

Pela exposição dos pontos anteriormente citados, o desenvolvimento do sujeito se apresenta pela apropriação da língua e seus objetos de linguagem. Nesse quesito, a Libras tem proporcionado, com grande sucesso, muitas conquistas para a comunidade surda, de modo que as relações se desenvolvem nos mais diferentes contextos sociais do país (Lacerda; Santos; Martins, 2019).

O vínculo entre ouvintes e surdos, exposto nos registros históricos se evidencia como um marco negativo, em que o mais gritante é a privação de milhões de pessoas por causa de inúmeras concepções erradas. Portanto, é possível, e necessário, que a comunidade ouvinte, por meio de ações intencionais possa de fato construir pontes de comunicação e interações com a comunidade surda. Ao criar essas conexões, com o objetivo urgente em diminuir o grande esforço que os surdos fazem para ter acesso as mesmas coisas que as pessoas ouvintes têm, essas conexões podem se expandir cada vez mais no ambiente escolar, principalmente a começar pela educação infantil.

## 5 Metodologia

Para elaboração desse artigo foram realizadas leituras de textos históricos e pedagógicos que buscam ressaltar a realidade da comunidade surda e suas inúmeras dificuldades de inclusão. Assim como, a estrutura e reconhecimento da língua de sinais como primeira língua para o surdo e o desenvolvimento da formação cognitiva da criança surda dentro de espaços escolares de inclusão em interação com a criança ouvinte desde a educação infantil.

Esse processo educacional se faz a partir da construção reflexiva em consonância com referenciais teóricos que contemple uma praxis de inclusão. O tipo de pesquisa elaborada nesse artigo teve como base a revisão bibliográfica. De acordo com Cortelazzo e Romanowski, compreende-se a pesquisa bibliográfica como:

A pesquisa BIBLIOGRÁFICA se refere aos estudos investigativos que tem como base fontes de referências tais como livros e periódicos. Seu objetivo é auxiliar na análise e na compreensão de um tema, contribuindo para explicar um problema a partir das inferências teóricas obtidas nas leituras. Pode, contudo, ser realizada independentemente, que dizer, é possível se efetivar uma pesquisa com base em referências sobre um tema específico. Quando a pesquisa explora todas as publicações de um determinado tema e realiza um balanço do conjunto de publicações, passa a denominar-se estado da arte ou estado do conhecimento (Cortelazzo; Romanowski, 2006, p. 36).

Para tanto, a pesquisa buscou apoiar-se em uma abordagem quantitativa, a saber, foram utilizados pesquisas e textos para o desenvolvimento das discussões dentro do campo reflexivo. Conforme as autoras Gerhardt e Silveira (2009) *apud* Fonseca entende-se pesquisa quantitativa como:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem

matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (Gerhardt; Silveira *apud* Fonseca, p. 20, 2002).

Dentro desse aspecto, para fundamentação do trabalho acadêmico foram realizadas consultas a livros, dissertações e artigos selecionados por meio da base de dados do Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES. Teve-se como base autores que são referências no assunto, a saber, a autora Fernandes (2012) que em sua abordagem ressalta a importância da educação de surdez a partir da língua de sinais dentro do contexto da inclusão, a autora Roa (2012), que buscou trabalhar a educação da língua de sinais para crianças ouvintes e, também, as autoras Larcercda, Santos e Martins (2019), que foram a base para a elaboração desse artigo. Elas abordam todo um panorama histórico para ressaltar a importância do conhecimento tanto da comunidade surda, suas lutas e conquistas, como também, apresentar a estrutura linguística da Libras.

O período dos artigos e livros selecionados foram os trabalhos publicados entre 2000 a 2020. E os descritores utilizados foram: educação infantil; Libras; educação bilíngue; cultura surda. O intuito foi apresentar, de forma sucinta, um panorama histórico da comunidade surda, suas conquistas e direitos. Por meio da Libras, busca-se educar crianças ouvintes e surdas, visando proporcionar um ambiente de inclusão e construção da identidade da criança surda a partir dessas interações na educação infantil.

## **6 Considerações finais**

A intenção em expor sobre esse tema é visar a diminuição do impacto social que comunidade surda vive. Esse artigo teve como propósito focar, ainda que de maneira sucinta, em uma breve orientação para educadores e alunos ouvintes dentro do contexto da educação infantil. O processo de desenvolvimento desse tema foi utilizando materiais bibliográficos, tais como, textos e periódicos para considerar a necessidade de contação de história na abordagem da luta da comunidade surda em fazer valer seus direitos como cidadãos brasileiros.

Um ponto importante, que vale ressaltar novamente, é o fato de perceber o grande descaso que as pessoas, em geral, continuam a desconhecer a Libras como língua. Para muitos, ainda é visto como linguagem, como a tradução da língua portuguesa ou até mesmo como mímica, sendo que isso não é verdade. Essas ideias dificultam ainda mais o processo de formação de identidade da pessoa surda.

É necessário enfatizar sempre os principais documentos da educação, mostrar o quão importante é conhecer a BNCC e outras práticas pedagógicas inclusivas para o ensino infantil. É

preciso que educadores, gestores e todos os envolvidos no processo educacional possam ter essa base para fundamentação, entretanto, diante das urgências locais, busca-se, de forma criativa, desenvolver o potencial de cada aluno de maneira dinâmica e criativa dentro de suas possibilidades.

Vale ressaltar as muitas articulações que as escolas e educadores fazem diante desse quadro educacional, ainda muito precário, considerando os avanços que inúmeros profissionais da educação buscam em se aperfeiçoar, a fim de proporcionar inclusão social saudável à criança, ouvinte e surda, dentro do ambiente escolar.

Esse processo de formação de docentes pode fazer crescer, cada vez mais, o interesse em desenvolver habilidades, bem como, o conhecimento e a utilização de ferramentas pedagógicas e tecnológicas para construir pontes de acessibilidade entre a sociedade que é majoritariamente ouvinte em parceria com a comunidade surda. O intuito na promoção de novos conhecimentos, novas formas de promover cultura e novas e tangíveis possibilidades de inserção da pessoa surda tanto na educação, no mercado de trabalho e na sociedade como um todo é clara. Diante dos inúmeros acontecimentos negativos que as pessoas surdas sofreram ao longo da história, é motivo de muito orgulho contemplar no cenário atual as conquistas que são de direito a a todo cidadão brasileiro. Que a Lei possa valer na prática os direitos dos surdos, que por tanto tempo lhes foram negados, de modo que o processo de formação identitária das crianças ouvintes e surdas seja por meio de um processo educacional, que de fato proporcione a inclusão.

## Referências

ALVES, R. A.; BRANDENBURG, J. E. **Cidades Educadoras: um olhar acerca da cidade que educa**. Curitiba: Intersaberes, 2018.

BRASIL. Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, seção 1, n. 246, de 23 dez. 2004. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CARTAXO, S. R. M. **Pressupostos da educação infantil**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

CORTELAZZO, I. B. C.; ROMANOWSKI, J. P. **Pesquisa e Prática Profissional: instrumentos de investigação**. Curitiba: IBPEX, 2006.

FERNANDES, S. **Educação de surdos**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

- GANDRA, A. País tem 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, diz estudo. **AgenciaBrasil**, 13 out. 2019, 14h15min. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-de-deficientes-auditivos-diz-estudo>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul: UFGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F.; MARTINS, V. R. O. (Org.). **Libras: aspectos fundamentais**. Curitiba: Intersaberes, 2019.
- SOFIATO, C. G. **Do desenho à litografia: a origem da língua de sinais**. 290 f. Tese (Doutorado em Artes) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/796432>. Acesso em: 7 fev. 2019.
- ROA, M. C. I. **Libras como segunda língua para crianças ouvintes: avaliação de uma proposta educacional**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) — Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/368e3552-7b5c-4215-901e-c1e374ded4e6>. Acesso em: 28 out. 2024.
- SKLIAR, C. **Atualidade da educação bilíngue para Surdos**. v. 2. Porto Alegre: Mediação, 1999.